



ASSOCIAÇÃO ENTRE A REALIZAÇÃO DE INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ E A TIPOLOGIA DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS: UM ESTUDO TRANSVERSAL
ASSOCIATION BETWEEN VOLUNTARY TERMINATION OF PREGNANCY AND TYPE OF PRIMARY CARE: A CROSS-SECTIONAL STUDY

Caro editor,

Foi com grande interesse que li o artigo publicado na Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar intitulado *Associação entre a realização de interrupção voluntária da gravidez e a tipologia de cuidados de saúde primários: um estudo transversal*.¹

A interrupção voluntária de gravidez (IVG) é um tema de extrema relevância.

Apesar de ser um procedimento médico seguro não deixa de ter custos associados evitáveis e de ser um procedimento com alguns riscos e consequências para as mulheres que o praticam.

Este estudo vem destacar a relevância do médico de família (MF) e das Unidades de Saúde Familiar (USF) modelo B na prestação de cuidados preventivos.

Apesar da melhor organização e da autonomia das USF modelo B, aliadas ao trabalho notável do MF que visa o cumprimento de objetivos bem definidos, é difícil chegar a toda a população, em parte devido às listas de grandes dimensões dos MF. E, embora se verifique, de facto, um menor número de IVG realizadas neste tipo de USF, existe ainda muita falta de literacia nesta área. É essencial que haja um investimento na educação para a saúde, sobretudo dirigido aos adolescentes. É necessário contribuir para um maior conhecimento sobre contraceção. Mais do que estar contra ou a favor das IVG, em gravidezes recentes ou já avançadas, seja qual for o contexto social, é necessário evitar que as gravidezes não desejadas aconteçam.

Analisei as quinze IVG que ocorreram de julho de 2021 a julho de 2022 na USF modelo B onde trabalho. Foi agendada uma consulta pós-IVG a todas as mulheres; no entanto, cerca de 26% das utentes faltou a essa consulta. As utentes que foram remarcadas faltaram a um novo agendamento. E apenas 60% iniciou método contracetivo após procedimento.

Sem dúvida que é essencial que se consiga que cada utente tenha um médico de família atribuído e sem dú-

vida que é importante promover a USF deste tipo, mas todo este cenário representa um bom exemplo de que não bastam estas duas condições para que tudo corra como desejamos. É necessário agir na comunidade – nas escolas ou noutras instituições, por exemplo –, promovendo a literacia em saúde a nível nacional.

Este ano integrei um projeto de educação para a saúde numa escola secundária, infelizmente limitado no tempo, e foi tal o despertar do interesse dos alunos em temas de conhecimento essencial que seria de louvar se houvesse mais projetos semelhantes a decorrer pelo país. Talvez fosse pertinente incluí-los numa disciplina na faculdade de medicina ou mesmo na formação específica de medicina geral e familiar. A nossa contribuição é fundamental para a aquisição de competências dos utentes, para serem capazes de fazer escolhas individuais, conscientes e responsáveis.

Esta carta ao editor não teve como objetivo criticar pela negativa o trabalho das colegas, apenas reforçar também a importância do aumento da literacia em saúde na população em geral, tanto num tema como este como em muitos outros.

Sofia Gouveia Tomé¹

1. Unidade de Saúde Familiar S. Julião. Oeiras, Portugal.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Santos CN, Chambel B. Associação entre a realização de interrupção voluntária da gravidez e a tipologia de cuidados de saúde primários: um estudo transversal [Association between voluntary termination of pregnancy and type of primary care: a cross-sectional study]. Rev Port Med Geral Fam. 2022;38(4):372-80. Portuguese

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Sofia Gouveia Tomé

E-mail: sofiatome@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0653-6047>

Recebido em 10-10-2022

Aceite para publicação em 17-10-2022



RESPOSTA DOS AUTORES

Caro Editor, Caro Colega

As autoras concordam e reiteram que a iliteracia em saúde é um problema que tem de ser combatido, o que implica investimento em educação para a saúde e saúde sexual. Falar de saúde e doença com as nossas crianças, começando em casa, passando pelas nossas consultas e dando destaque às escolas, é uma medida de saúde pública fulcral neste problema.

Expressamos o nosso contentamento quando, ao lerem o nosso artigo, os leitores reflitam sobre o planeamento familiar, sobre as práticas e as políticas. Mas para quem está no terreno, e as dificuldades se acumulam, também é importante refletir sobre acesso, seguimen-

to e protocolos de atuação. Melhores cuidados em planeamento familiar parecem traduzir-se numa redução das gravidezes não desejadas e, para isso, são fundamentais modelos organizacionais mais evoluídos. É necessário muito mais que fornecer métodos contraceptivos; e o nosso artigo vem reforçar a importância do papel do médico de família na educação e responsabilização dos nossos utentes e famílias em matéria de saúde reprodutiva – um campo onde ainda há muito para fazer.

Catarina Santos¹

1. Médica Interna de Medicina Geral e Familiar. USF Ramada, ACeS Loures-Odivelas, Odivelas, Portugal.